

Paulo Nader

Introdução
ao Estudo
do Direito

43ª edição

Revista e atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 15.09.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- 1ª edição – 1980
43ª edição – 2021
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N13i
Nader, Paulo

Introdução ao Estudo do Direito / Paulo Nader. – 43. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9194-4

1. Direito – Estudo e ensino. 2. Direito – Brasil. 3. Formação profissional – Brasil. I. Título.

20-66436

CDU: 340.11

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472



1183914

ÍNDICE SISTEMÁTICO

PRIMEIRA PARTE – O ESTUDO DO DIREITO	
Capítulo 1 – SISTEMA DE IDEIAS GERAIS DO DIREITO	
1. A Necessidade de um Sistema de Ideias Gerais do Direito	1
2. A Introdução ao Estudo do Direito.....	2
2.1 Apresentação da Disciplina.....	2
2.2. Objeto da Introdução ao Estudo do Direito.....	3
2.3. A Importância da Introdução.....	4
3. Outros Sistemas de Ideias Gerais do Direito	5
3.1. Filosofia do Direito	5
3.2. Teoria Geral do Direito	5
3.3. Sociologia do Direito	5
3.4. Enciclopédia Jurídica	6
4. A Introdução ao Estudo do Direito e os Currículos dos Cursos Jurídicos no Brasil.....	7
 Capítulo 2 – AS DISCIPLINAS JURÍDICAS.....	 9
5. Considerações Prévias	9
6. Disciplinas Jurídicas Fundamentais.....	10
6.1. Ciência do Direito.....	10
6.2. Filosofia do Direito	11
6.3. Sociologia do Direito	11
7. Disciplinas Jurídicas Auxiliares.....	13
7.1. História do Direito.....	13
7.2. Direito Comparado.....	14
 SEGUNDA PARTE – A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DO DIREITO	 17
Capítulo 3 – O DIREITO COMO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SOCIAL.....	17
8. O Fenômeno da Adaptação Humana.....	17
8.1. Aspectos Gerais.....	17
8.2. Adaptação Interna.....	17

8.3. Adaptação Externa	18
9. Direito e Adaptação.....	18
9.1. Colocações Prévias.....	18
9.2. O Direito como Processo de Adaptação Social.....	19
9.3. A Adaptação das Ações Humanas ao Direito.....	21
Capítulo 4 – SOCIEDADE E DIREITO.....	23
10. A Sociabilidade Humana.....	23
11. O “Estado de Natureza”.....	24
12. Formas de Interação Social e a Ação do Direito.....	25
12.1. A Interação Social.....	25
12.2. O Solidarismo Social.....	26
12.3. A Ação do Direito.....	27
13. A Mútua Dependência entre o Direito e a Sociedade.....	28
13.1. Fato Social e Direito.....	28
13.2. O Papel do Legislador.....	28
Capítulo 5 – INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL.....	31
14. Considerações Prévias.....	31
15. Normas Éticas e Normas Técnicas.....	32
16. Direito e Religião.....	33
16.1. Aspectos Históricos.....	33
16.2. Convergência e Peculiaridades.....	34
17. Direito e Moral.....	35
17.1. Generalidades.....	35
17.2. A Noção da Moral.....	35
17.3. Setores da Moral.....	36
17.4. O Paralelo entre a Moral e o Direito.....	37
17.4.1. Grécia e Roma.....	37
17.4.2. Critérios de Tomásio, Kant e Fichte.....	38
17.4.3. Modernos critérios de distinção.....	39
17.4.3.1. Distinções de ordem formal.....	40
17.4.3.2. Distinções quanto ao conteúdo.....	41
18. O Direito e as Regras de Trato Social.....	44
18.1. Conceito das Regras de Trato Social.....	44
18.2. Alguns Aspectos Históricos.....	45
18.3. Caracteres das Regras de Trato Social.....	46
18.3.1. Aspecto social.....	46
18.3.2. Exterioridade.....	46
18.3.3. Unilateralidade.....	46
18.3.4. Heteronomia.....	46
18.3.5. Incoercibilidade.....	47
18.3.6. Sanção difusa.....	47
18.3.7. Isonomia por classes e níveis de cultura.....	47

18.4. Natureza das Regras de Trato Social	47
18.4.1. Corrente negativista	47
18.4.2. Corrente positiva	48
18.4.3. Conclusão.....	48
Capítulo 6 FATORES DO DIREITO.....	51
19. Conceito e Função dos Fatores do Direito.....	51
20. Princípios Metodológicos	52
20.1. Interferência das Causas.....	52
20.2. Distinção dos Fatores em Categorias.....	52
20.3. Eficácia Direta e Indireta dos Fatores	53
21. Fatores Naturais do Direito.....	53
21.1. Fator Geográfico	53
21.1.1. Clima.....	53
21.1.2. Recursos naturais.....	54
21.1.3. O território	54
21.2. Fator Demográfico	55
21.3. Fatores Antropológicos.....	55
22. Fatores Culturais do Direito.....	55
22.1. Fator Econômico.....	55
22.2. Invenções.....	56
22.3. Moral	56
22.4. Religião.....	56
22.5. Ideologia	56
22.6. Educação.....	57
23. Forças Atuantes na Legislação.....	57
23.1. Política	57
23.2. Opinião Pública	57
23.3. Grupos Organizados	58
23.4. Medidas de Hostilidade	58
24. Direito e Revolução	58
TERCEIRA PARTE – A NOÇÃO DO DIREITO	61
Capítulo 7 – O DIREITO NO QUADRO DO UNIVERSO.....	61
25. Indagação Fundamental	61
26. Algumas Notas do Direito.....	62
27. A Teoria dos Objetos.....	62
27.1. Conceituações Prévias.....	62
27.2. O Quadro das Ontologias	63

XXIV | Introdução ao Estudo do Direito • *Paulo Nader*

28. Objetos Naturais.....	63
28.1. Conceito.....	63
28.2. Caracteres.....	64
28.3. Princípio da Causalidade.....	64
28.4. Leis da Natureza.....	64
28.4.1. Universais.....	64
28.4.2. Imutáveis.....	64
28.4.3. Invioláveis.....	65
28.4.4. Isonomia.....	65
28.5. Importância.....	65
29. Objetos Ideais.....	65
30. Os Valores.....	66
30.1. Axiologia.....	66
30.2. Conceito.....	66
30.3. Caracteres.....	67
30.4. Localização.....	67
30.5. Os Valores e a Teoria dos Objetos.....	67
31. Objetos Metafísicos.....	68
32. Objetos Culturais.....	68
32.1. Conceito.....	68
32.2. Cultura Material.....	69
32.3. Cultura Espiritual.....	69
33. O Mundo do Direito.....	70
33.1. Considerações Prévias.....	70
33.2. Direito e Objetos Naturais.....	70
33.3. Direito e Objetos Ideais.....	71
33.4. Direito e Objetos Metafísicos.....	71
33.5. Direito e Cultura.....	71
34. Conclusões.....	71
Capítulo 8 – DEFINIÇÕES E ACEPTÕES DA PALAVRA DIREITO.....	73
35. Considerações Prévias.....	73
36. Definições Nominais.....	74
36.1. Definição Etimológica.....	75
36.2. Definição Semântica.....	75
37. Definições Reais ou Lógicas.....	76
38. Definições Históricas do Direito.....	78
39. Aceptões da Palavra Direito.....	79
39.1. Considerações Prévias.....	79
39.2. Ciência do Direito.....	79

39.3. Direito Natural e Direito Positivo.....	79
39.4. Direito Objetivo e Direito Subjetivo.....	80
39.5. O Emprego do Vocábulo no Sentido de Justiça.....	81
40. Conceito de Ordem Jurídica.....	81
Capítulo 9 – NORMA JURÍDICA.....	83
41. Conceito de Norma Jurídica.....	83
42. Instituto Jurídico.....	84
43. Estrutura Lógica da Norma Jurídica.....	84
43.1. Concepção de Kelsen.....	84
43.2. O Juízo Disjuntivo de Carlos Cossio.....	85
43.3. Conclusões.....	85
43.4. Quadro das Estruturas Lógicas.....	86
44. Caracteres.....	86
44.1. Bilateralidade.....	86
44.2. Generalidade.....	87
44.3. Abstratividade.....	87
44.4. Imperatividade.....	87
44.5. A Coercibilidade e a Questão da Essência da Norma Jurídica.....	88
45. Classificação.....	89
45.1. Classificação das Normas Jurídicas quanto ao Sistema a que Pertencem.....	89
45.2. Normas Jurídicas quanto à Fonte.....	89
45.3. Classificação das Normas Jurídicas quanto aos Diversos Âmbitos de Validez.....	90
45.4. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Hierarquia.....	90
45.5. Normas Jurídicas quanto à Sanção.....	91
45.6. Normas Jurídicas quanto à Qualidade.....	91
45.7. Normas Jurídicas quanto às Relações de Complementação.....	91
45.8. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Vontade das Partes.....	91
45.9. Quanto à Flexibilidade ou Arbítrio do Juiz: Normas Rígidas ou Cerradas e Elásticas ou Abertas.....	91
45.10. Quanto ao Modo da Presença no Ordenamento: Normas Implícitas e Explícitas....	92
45.11. Quanto à Inteligibilidade.....	93
46. Vigência, Efetividade, Eficácia e Legitimidade da Norma Jurídica.....	93
46.1. Vigência.....	94
46.2. Efetividade.....	94
46.3. Eficácia.....	94
46.4. Legitimidade.....	95
Capítulo 10 – A DIVISÃO DO DIREITO POSITIVO.....	97
47. Direito Público e Direito Privado.....	97
47.1. Aspectos Gerais.....	97

47.2. O Problema Relativo à Importância da Distinção.....	98
47.3. A Teoria Monista de Hans Kelsen	99
47.4. Teorias Dualistas.....	99
47.4.1. Teorias substancialistas.....	99
47.4.1.1. Teoria dos interesses em jogo.....	99
47.4.1.2. Teoria do fim	100
47.4.2. Teorias formalistas.....	100
47.4.2.1. Teoria do titular da ação	100
47.4.2.2. Teoria das normas distributivas e adaptativas.....	100
47.4.2.3. Teoria da natureza da relação jurídica.....	101
47.5. Trialismo.....	101
47.6. Conclusões.....	102
48. Direito Geral e Direito Particular.....	102
49. Direito Comum e Direito Especial.....	102
50. Direito Regular e Direito Singular.....	103
51. Privilégio.....	104
Capítulo 11 – JUSTIÇA E EQUIDADE.....	105
52. Conceito de Justiça	105
53. O Caráter Absoluto da Justiça.....	106
54. A Importância da Justiça para o Direito.....	107
55. Critérios da Justiça.....	107
55.1. Critérios Formais da Justiça	108
55.2. Critérios Materiais da Justiça	108
56. A Concepção Aristotélica.....	109
57. Justiça Convencional e Justiça Substancial	110
58. Classificação da Justiça.....	111
58.1. Justiça Distributiva	111
58.2. Justiça Comutativa.....	111
58.3. Justiça Geral	111
58.4. Justiça Social	112
59. Justiça e Bem Comum	113
60. Equidade	114
61. Leis Injustas.....	115
61.1. Conceito.....	115
61.2. Espécies	116
61.3. O Problema da Validade das Leis Injustas.....	116
Capítulo 12 – SEGURANÇA JURÍDICA.....	119
62. Conceito de Segurança Jurídica.....	119

63. A Necessidade Humana de Segurança	120
64. Princípios Relativos à Organização do Estado	122
65. Princípios do Direito Estabelecido.....	122
65.1. A Positividade do Direito.....	123
65.2. Segurança de Orientação	124
65.3. Irretroatividade da Lei	126
65.4. Estabilidade Relativa do Direito.....	126
66. Princípios do Direito Aplicado.....	127
66.1. Decisão de Casos Pendentes e sua Execução.....	127
66.2. Prévia Calculabilidade da Sentença.....	127
66.3. Respeito à Coisa Julgada	128
66.4. Uniformidade e Continuidade Jurisprudencial	128
Capítulo 13 – DIREITO E ESTADO.....	129
67. Considerações Prévias	129
68. Conceito e Elementos do Estado.....	130
68.1. Conceito.....	130
68.2. Elementos do Estado	131
68.2.1. População.....	131
68.2.2. Território	132
68.2.3. Soberania	132
69. Origem do Estado	133
69.1. Teoria do Contrato Social	133
69.2. Teoria Patriarcal	134
69.3. Teoria Matriarcal.....	134
69.4. Teoria Sociológica	134
70. Fins do Estado.....	135
70.1. As Três Concepções.....	135
70.2. Concepção Individualista	135
70.3. A Concepção Supraindividualista.....	136
70.4. Concepção Transpersonalista	137
71. Teorias sobre a Relação entre o Direito e o Estado.....	137
72. Arbitrariedade e Estado de Direito.....	137
72.1. Arbitrariedade.....	137
72.2. Estado de Direito	138
QUARTA PARTE – FONTES DO DIREITO	141
Capítulo 14 – A LEI	141
73. Fontes do Direito.....	141
73.1. Aspectos Gerais	141
73.2. Fontes Históricas	141

XXVIII | Introdução ao Estudo do Direito • *Paulo Nader*

73.3. Fontes Materiais	142
73.4. Fontes Formais	142
74. O Direito Romano.....	143
75. Conceito e Formação da Lei	146
75.1. Considerações Prévias.....	146
75.2. Etimologia do Vocábulo Lei	146
75.3. Lei em Sentido Amplo.....	147
75.4. Lei em Sentido Estrito.....	148
75.5. Lei em Sentido Formal e em Sentido Formal-Material.....	148
75.6. Lei Substantiva e Lei Adjetiva.....	148
75.7. Leis de Ordem Pública	149
75.8. Formação da Lei – O Processo Legislativo.....	149
75.8.1. Iniciativa da lei.....	149
75.8.2. Exame pelas comissões técnicas, discussões e aprovação.....	150
75.8.3. Revisão do projeto	150
75.8.4. Sanção.....	150
75.8.5. Promulgação	150
75.8.6. Publicação.....	151
75.9. Lei Delegada.....	151
75.10. LINDB.....	151
76. Obrigatoriedade da Lei	151
77. Aplicação da Lei	152
77.1. Diagnose do Fato.....	152
77.2. Diagnose do Direito.....	152
77.3. Crítica Formal.....	152
77.4. Crítica Substancial.....	153
77.5. Interpretação da Lei.....	153
77.6. Aplicação da Lei.....	153
Capítulo 15 DIREITO COSTUMEIRO.....	155
78. Considerações Preliminares.....	155
79. Conceito de Direito Costumeiro	156
80. Elementos dos Costumes	158
81. A Posição da Escola Histórica do Direito.....	159
82. Espécies de Costumes.....	160
83. Valor dos Costumes.....	161
84. Prova dos Costumes.....	161
Capítulo 16 O DESUSO DAS LEIS.....	163
85. Conceito de Desuso das Leis	163
86. Causas do Desuso	164
86.1. Leis Anacrônicas.....	165
86.2. Leis Artificiais.....	165

86.3. Leis Injustas	165
86.4. Leis Defectivas	165
87. A Tese da Validade das Leis em Desuso	166
88. A Tese da Revogação da Lei pelo Desuso.....	167
89. Conclusões.....	168
Capítulo 17 JURISPRUDÊNCIA	171
90. Conceito	171
91. Espécies.....	172
92. Paralelo entre Jurisprudência e Costume.....	172
93. O Grau de Liberdade dos Juízes	173
93.1. A Livre Estimação	173
93.2. Limitação à Subsunção.....	175
93.3. Complementação Coerente e Dependente do Preceito.....	176
93.4. Judicialização e Ativismo Judicial.....	176
94. A Jurisprudência cria o Direito?.....	177
95. A Jurisprudência vincula os Tribunais?.....	178
96. Processos de Unificação da Jurisprudência.....	179
Capítulo 18 – A DOCTRINA JURÍDICA.....	181
97. O Direito Científico e os Juristas	181
98. As Três Funções da Doutrina	182
98.1. Atividade Criadora.....	182
98.2. Função Prática da Doutrina	182
98.3. Atividade Crítica.....	183
99. A Influência da Doutrina no Mundo Jurídico.....	183
100. A Doutrina como Fonte Indireta do Direito.....	184
101. Argumento de Autoridade.....	185
101.1. Conceito e Importância	185
101.2. Orientação Prática	185
102. O Valor da Doutrina no Passado.....	186
103. A Doutrina no Presente	187
Capítulo 19 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: ANALOGIA LEGAL	191
104. Lacunas da Lei.....	191
104.1. Noções de Integração e de Lacunas	191
104.2. Teorias sobre as Lacunas.....	192
104.2.1. Realismo ingênuo.....	192
104.2.2. Empirismo científico	193
104.2.3. Ecletismo.....	193
104.2.4. Pragmatismo.....	193
104.2.5. Apriorismo filosófico.....	194

105. O Postulado da Plenitude da Ordem Jurídica	194
106. Noção Geral de Analogia	194
106.1. Conceito.....	194
106.2. Fundamento da Analogia.....	195
107. O Procedimento Analógico.....	195
108. Analogia e Interpretação Extensiva	197
Capítulo 20 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	199
109. Considerações Prévias	199
110. As Duas Funções dos Princípios Gerais de Direito.....	200
111. Conceito dos Princípios Gerais de Direito.....	200
112. Natureza dos Princípios Gerais de Direito.....	201
113. Os Princípios Gerais de Direito e os Brocardos.....	202
114. A Pesquisa dos Princípios Gerais de Direito.....	203
115. Os Princípios e o Direito Comparado.....	204
Capítulo 21 – A CODIFICAÇÃO DO DIREITO	207
116. Aspectos Gerais.....	207
117. Conceito de Código.....	208
118. A Incorporação	209
119. A Duração dos Códigos.....	209
120. Os Códigos Antigos	210
120.1. Considerações Gerais	210
120.2. Código de Hamurabi	211
120.3. Legislação Mosaica.....	211
120.4. Lei das XII Tábuas	212
120.5. Código de Manu	212
120.6. Alcorão	213
121. A Era da Codificação.....	214
122. Os Primeiros Códigos Modernos.....	214
122.1. O Código Civil da Prússia.....	214
122.2. O Código Napoleão.....	215
122.3. O Código Civil da Áustria.....	216
123. A Polêmica entre Thibaut e Savigny.....	217
124. O Código Civil Brasileiro de 1916 e o de 2002.....	218
125. A Recepção do Direito Estrangeiro	219
QUINTA PARTE – TÉCNICA JURÍDICA	221
Capítulo 22 – O ELEMENTO TÉCNICO DO DIREITO	221
126. O Conceito de Técnica.....	221
127. Conceito e Significado da Técnica Jurídica.....	222

128. Espécies de Técnica Jurídica.....	223
128.1. Técnica de Interpretação.....	223
128.2. Técnica de Aplicação.....	223
129. Conteúdo da Técnica Jurídica.....	224
129.1. Meios Formais.....	225
129.1.1. Linguagem.....	225
129.1.1.1. Vocábulo.....	226
129.1.1.2. Fórmula.....	226
129.1.1.3. Aforismos.....	226
129.1.1.4. Estilo.....	226
129.1.2. Formas.....	227
129.1.3. Sistemas de publicidade.....	227
129.2. Meios Substanciais.....	227
129.2.1. Definição.....	227
129.2.2. Conceito.....	228
129.2.3. Categorias.....	228
129.2.4. Presunções.....	229
129.2.4.1. Presunção simples.....	229
129.2.4.2. Presunção legal.....	229
129.2.5. Ficções.....	230
130. Cibernética e Direito.....	231
130.1. Elaboração das Leis.....	231
130.2. Administração da Justiça.....	232
130.3. Pesquisa Científica.....	233
130.4. Advocacia.....	233
131. O Direito como Técnica e Ciência.....	234
Capítulo 23 – TÉCNICA LEGISLATIVA.....	237
132. Conceito, Objeto e Importância da Técnica Legislativa.....	237
133. Da Apresentação Formal dos Atos Legislativos.....	238
133.1. Conceituação.....	238
133.2. Preâmbulo.....	238
133.2.1. Epígrafe.....	239
133.2.2. Rubrica ou ementa.....	239
133.2.3. Autoria e fundamento legal da autoridade.....	239
133.2.4. Causas justificativas.....	240
133.2.4.1. Considerandos.....	240
133.2.4.2. Exposição de motivos.....	240
133.2.5. Ordem de execução ou mandado de cumprimento.....	241
133.2.6. Valor do preâmbulo.....	241
133.3. Corpo ou Texto.....	241
133.4. Disposições Complementares.....	241

XXXII Introdução ao Estudo do Direito • Paulo Nader

133.4.1. Disposições preliminares	241
133.4.2. Disposições gerais e finais	242
133.4.3. Disposições transitórias.....	242
133.5. Cláusulas de Vigência e de Revogação	242
133.6. Fecho	243
133.7. Assinatura	243
133.8. Referenda.....	243
134. Da Apresentação Material dos Atos Legislativos	243
134.1. Dos Artigos	244
134.2. Divisão dos Artigos	245
134.2.1. Parágrafo	245
134.2.2. Inciso, alínea e item	245
134.3. Agrupamentos dos Artigos	246
Capítulo 24 – A EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	249
135. Vigência e Revogação da Lei.....	249
136. O Conflito de Leis no Tempo.....	251
137. O Princípio da Irretroatividade	251
138. Teorias sobre a Irretroatividade.....	253
138.1. Doutrina Clássica ou dos Direitos Adquiridos	253
138.2. Teoria da Situação Jurídica Concreta	254
138.3. Teoria dos Fatos Cumpridos	254
138.4. Teoria de Paul Roubier	254
138.5. A Concepção de Planiol.....	254
138.6. O Princípio <i>Ratione Materiae</i>	254
139. A Noção do Conflito de Leis no Espaço	255
140. O Estrangeiro perante o Direito Romano	256
141. Teoria dos Estatutos	257
142. Doutrinas Modernas quanto à Extraterritorialidade	258
142.1. Sistema da Comunidade de Direito	258
142.2. Sistema da Nacionalidade	258
143. O Direito Interespacial e o Sistema Brasileiro.....	258
Capítulo 25 – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO.....	261
144. Conceito e Importância da Hermenêutica Jurídica	261
145. Conceito de Interpretação em Geral	263
146. A Interpretação do Direito.....	263
146.1. Noção Geral.....	263
146.2. A Interpretação conforme a Constituição	265
146.3. A Interpretação da Constituição conforme a Lei	265
147. O Princípio <i>In Claris Cessat Interpretatio</i>	265

148. A Vontade do Legislador e a <i>Mens Legis</i>	267
148.1. O Sentido da Lei	267
148.2. A Teoria Subjetiva	268
148.3. A Teoria Objetiva	268
149. A Interpretação do Direito quanto ao Resultado e Fonte	269
149.1. Interpretação Declarativa	269
149.2. Interpretação Restritiva	270
149.3. Interpretação Extensiva	270
150. O Art. 5º da Lei de Introdução às normas do direito Brasileiro	271
150.1. A Obrigatoriedade do Art. 5º da LINDB	271
150.2. O Significado do Art. 5º da LINDB	271
151. A Interpretação dos Negócios Jurídicos	272
Capítulo 26 – ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	275
152. Considerações Prévias	275
153. Elemento Gramatical	275
154. Elemento Lógico	276
154.1. Lógica Interna	276
154.2. Lógica Externa	277
154.3. A Lógica do “Razoável”	277
155. Elemento Sistemático	278
156. Elemento Histórico	279
157. Elemento Teleológico	279
Capítulo 27 – MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	281
158. Método Tradicional da Escola da Exegese	281
159. Método Histórico-Evolutivo	282
160. A Livre Investigação Científica do Direito	283
160.1. Aspectos Gerais	283
160.2. A Livre Investigação Científica	284
161. A Corrente do Direito Livre	285
161.1. A Doutrina	285
161.2. Principais Adeptos	285
161.3. Crítica à Doutrina	286
SEXTA PARTE – RELAÇÕES JURÍDICAS	287
Capítulo 28 – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA NATURAL E PESSOA JURÍDICA	287
162. Personalidade Jurídica	287
163. Pessoa Natural	289
163.1. Considerações Prévias	289

XXXIV | Introdução ao Estudo do Direito • *Paulo Nader*

163.2. Início e Fim da Personalidade	290
163.3. Capacidade de Fato	291
163.4. Registro, Nome e Domicílio Civil	292
164. Pessoa Jurídica	293
164.1. Conceito	293
164.2. Natureza Jurídica das Pessoas Jurídicas	294
164.2.1. Teoria da ficção	294
164.2.2. Teoria dos direitos sem sujeitos	295
164.2.3. Teorias realistas	295
164.3. Classificação das Pessoas Jurídicas	295
Capítulo 29 RELAÇÃO JURÍDICA: CONCEITO, FORMAÇÃO, ELEMENTOS	297
165. Conceito de Relação Jurídica	297
166. Formação da Relação Jurídica	298
167. Elementos da Relação Jurídica	300
167.1. Sujeitos da Relação Jurídica	300
167.2. Vínculo de Atributividade	301
167.3. Objeto	301
Capítulo 30 DIREITO SUBJETIVO	303
168. Origem do Direito Subjetivo e Aspectos Gerais	303
169. Conceito de Direito Subjetivo	304
170. Situações Subjetivas	306
171. A Natureza do Direito Subjetivo – Teorias Principais	307
171.1. Teoria da Vontade	307
171.2. Teoria do Interesse	307
171.3. Teoria Eclética	308
171.4. Teoria de Duguit	308
171.5. Teoria de Kelsen	308
172. Classificação dos Direitos Subjetivos	308
172.1. Direitos Subjetivos Públicos	309
172.2. Direitos Subjetivos Privados	310
172.2.1. Direitos absolutos e relativos	310
172.2.2. Direitos transmissíveis e não transmissíveis	310
172.2.3. Direitos principais e acessórios	311
172.2.4. Direitos renunciáveis e não renunciáveis	311
173. Aquisição, Modificações e Extinção dos Direitos	311
173.1. Aquisição	311
173.2. Modificações	312
173.3. Extinção	312
173.3.1. Perecimento do objeto	312
173.3.2. Alienação	312
173.3.3. Renúncia	312

173.3.4. Prescrição.....	312
173.3.5. Decadência.....	313
Capítulo 31 – DEVER JURÍDICO.....	315
174. Considerações Prévias.....	315
175. Aspecto Histórico.....	315
176. Conceito de Dever Jurídico.....	316
177. Espécies de Dever Jurídico.....	318
177.1. Dever Jurídico Contratual e Extracontratual.....	318
177.2. Dever Jurídico Positivo e Negativo.....	319
177.3. Dever Jurídico Permanente e Transitório.....	319
178. Axiomas de Lógica Jurídica.....	319
178.1. Axioma de Inclusão.....	319
178.2. Axioma de Liberdade.....	319
178.3. Axioma de Contradição.....	319
178.4. Axioma de Exclusão do Meio.....	320
178.5. Axioma de Identidade.....	320
179. Dever Jurídico e Efetividade do Direito.....	320
SÉTIMA PARTE – DOS FATOS JURÍDICOS.....	321
Capítulo 32 – FATO JURÍDICO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	321
180. Considerações Gerais.....	321
181. Suposto Jurídico e Consequência.....	322
181.1. Conceituações.....	322
181.2. Relação entre a Hipótese e a Consequência.....	322
181.3. Suposto Jurídico Simples e Complexo.....	323
182. Conceito de Fato Jurídico.....	323
183. Caracteres e Classificação dos Fatos Jurídicos.....	325
183.1. Caracteres.....	325
183.2. Classificação.....	326
Capítulo 33 – DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	329
184. Conceitos e Aspectos Doutrinários.....	329
185. A Relação entre os Negócios Jurídicos e o Ordenamento Jurídico.....	330
186. Classificação dos Negócios Jurídicos.....	331
186.1. Negócio Jurídico Unilateral e Bilateral.....	331
186.2. Negócio Jurídico Oneroso e Gratuito.....	331
186.3. Negócio Jurídico <i>Inter Vivos e Mortis Causa</i>	332
186.4. Negócio Jurídico Solene ou Formal e Não Solene.....	332
186.5. Negócio Jurídico Típico e Atípico.....	332
186.6. Existência, Validade e Eficácia.....	332

187. Elementos dos Negócios Jurídicos.....	333
187.1. Elementos Essenciais	333
187.2. Elementos Acidentais	334
187.2.1. Condição	334
187.2.2. Termo	334
187.2.3. Modo ou encargo.....	334
188. Defeitos dos Negócios Jurídicos	335
188.1. Erro ou Ignorância	335
188.2. Dolo.....	335
188.3. Coação.....	336
188.4. Estado de Perigo.....	336
188.5. Lesão.....	336
188.6. Fraude contra os Credores.....	337
188.7. Simulação.....	337
Capítulo 34 – ATO ILÍCITO.....	339
189. Conceito e Elementos	339
190. Categorias	340
191. Classificação do Elemento Culpa.....	341
191.1. Intensidade da Culpa	341
191.2. Conteúdo da Culpa	341
191.3. Critérios de Avaliação.....	341
191.4. Natureza da Relação	342
191.5. Agente.....	342
192. Excludentes do Ilícito	342
192.1. Legítima Defesa	342
192.2. Exercício Regular de um Direito.....	343
192.3. Estado de Necessidade	343
193. Teoria Subjetiva e Teoria Objetiva da Responsabilidade.....	343
193.1. A Responsabilidade no Passado	343
193.2. As Teorias da Responsabilidade.....	344
194. Abuso do Direito	345
OITAVA PARTE – ENCICLOPÉDIA JURÍDICA.....	347
Capítulo 35 – RAMOS DO DIREITO PÚBLICO.....	347
195. Considerações Prévias	347
196. Direito Constitucional.....	348
197. Direito Administrativo.....	349
198. Direito Financeiro	350
199. Direito Internacional Público.....	351

200. Direito Internacional Privado.....	353
201. Direito Penal.....	354
202. Direito Processual.....	356
Capítulo 36 – RAMOS DO DIREITO PRIVADO.....	361
203. Direito Civil.....	361
204. Direito Comercial ou Empresarial.....	363
204.1. Noção do Ramo.....	363
204.2. A Palavra “Comércio”.....	364
204.3. A Relação entre o Direito Comercial e o Civil.....	364
204.4. A História do Comércio.....	365
204.5. Evolução Histórica do Direito Comercial.....	365
205. Direito do Trabalho.....	366
205.1. Denominações.....	366
205.2. Classificação.....	367
205.3. Definição.....	367
205.4. Características.....	367
205.5. Fins do Direito do Trabalho.....	368
205.6. A Autonomia do Direito do Trabalho.....	368
205.7. A Evolução do Direito do Trabalho no Século XX.....	368
NONA PARTE – FUNDAMENTOS DO DIREITO.....	371
Capítulo 37 – A IDEIA DO DIREITO NATURAL.....	371
206. A Insuficiência do Direito Positivo.....	371
207. Conceito.....	373
208. Origem e Via Cognoscitiva.....	374
209. Caracteres.....	374
210. A Escola do Direito Natural.....	375
211. Revolucionário ou Conservador?.....	375
212. Crítica.....	376
213. Os Direitos do Homem e o Direito Natural.....	378
214. Concepção Humanista do Direito.....	379
Capítulo 38 – ● POSITIVISMO JURÍDICO.....	381
215. O Positivismo Filosófico.....	381
215.1. A Lei dos Três Estados.....	382
215.2. Classificação das Ciências.....	382
216. O Positivismo Jurídico.....	382
217. Crítica.....	383

XXXVIII | Introdução ao Estudo do Direito • *Paulo Nader*

Capítulo 39 – O NORMATIVISMO JURÍDICO	385
218. O Significado da Teoria Pura do Direito	385
219. A Teoria Pura do Direito	386
220. A Pirâmide Jurídica e a Norma Fundamental	386
221. Crítica à Teoria Pura do Direito	387
Capítulo 40 – A TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO	389
222. A Importância de Reale no Panorama Jurídico Brasileiro	389
223. A Teoria Tridimensional do Direito	390
BIBLIOGRAFIA	393
ÍNDICE ONOMÁSTICO	401
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS	409